



CONCURSO PÚBLICO UNIFICADO SAD/MT 2009
EDITAL Nº 007/2009 - SAD/MT, DE 30 DE JULHO DE 2009

CADERNO DE PROVA

ANALISTA REGULADOR ADVOGADO

Data da Prova: 21 de Março de 2010

CANDIDATO

PROVA
701

A

INSTRUÇÕES

- I. Este caderno contém 46 (quarenta e seis) questões objetivas e 4 (quatro) dissertativas.
- II. Caso apresente defeito de impressão ou falta de questão, solicite ao fiscal a substituição do caderno de prova.
- III. Para cada questão da Prova Objetiva há apenas uma alternativa correta. No cartão de respostas assinale somente uma letra como resposta, pintando completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, seguindo o exemplo: A B C D E
- IV. Cada questão da Prova Dissertativa deve ser respondida no local apropriado obedecendo a sequência apresentada no caderno de prova, e utilizando, no máximo, 35 (trinta e cinco) linhas.
- V. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente, para marcar a resposta, no cartão de respostas.
- VI. O tempo de duração das Provas (Prova Objetiva e Prova Dissertativa) é de 4 (quatro) horas, incluído o tempo destinado à transcrição dos Cartões de Respostas.
- VII. O candidato só poderá deixar a sala após 2 (duas) horas do início das provas.
- VIII. O candidato somente poderá levar este caderno, 15 (quinze) minutos antes do horário determinado para o término das provas.

FATORES QUE ANULAM UMA QUESTÃO DA PROVA OBJETIVA

- a. Questão sem marcar;
- b. Questão com rabisco, rasuras ou manchas;
- c. Questão com mais de uma opção assinalada.

Boa Prova!



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Na revista *Língua Portuguesa* nº 42, de abril de 2009, o cronista português João Pereira Coutinho emite sua opinião sobre o novo acordo ortográfico celebrado pelos países lusófonos. Leia-a.

“Sou contra. Visceralmente contra. Filosoficamente contra. Linguisticamente contra. Começo por ser contra com a força das minhas entranhas: sou incapaz de aceitar que uma dúzia de sábios se considere dona de uma língua falada por milhões. Ninguém é dono da língua. Ninguém a pode transformar por capricho. Por capricho, vírgula: por mentalidade concentracionária, em busca de uma unidade que, para além de impossível, seria sinistra. A língua é produto de uma história; e não foram apenas Portugal e Brasil que tiveram a sua história, apresentando variações fonéticas, léxicas ou sintáticas; a África, Macau, Timor e Goa, que os sábios do Acordo ignoraram nas suas maquinações racionalistas, também têm direito a usar e a abusar da língua.”

Sobre o texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- A insistente repetição da palavra “contra” foi um recurso de linguagem usado pelo entrevistado para enfatizar sua posição adversa em relação ao Acordo.
- O termo “visceralmente” e a expressão “com a força das minhas entranhas” apresentam afinidade de sentidos.
- “uma dúzia de sábios” refere-se expressamente a doze intelectuais responsáveis pela instituição do Acordo.
- O cronista afirma ser a língua um bem de domínio público, que não deve sofrer intervenção estatal.
- A expressão “Por capricho, vírgula” introduz uma autorretificação do pensamento.

QUESTÃO 02

Assinale a alternativa em que a evolução sequencial e previsível dos fatos está prejudicada.

- O Governo apresentou a proposta, ela foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente.
- A economia mundial foi abalada por uma grande crise, a população ficou apreensiva, mas os países já retomam seu crescimento.

- As grandes nações reduziram a emissão de CO₂, o planeta se superaqueceu e, agora, buscam-se medidas para reter a degradação ambiental.
- Ocorreu o acidente, a família requereu o seguro DPVAT e, com a indenização, cobriu as despesas hospitalares.
- O presidente da Nicarágua foi deposto, o governo foi assumido por um presidente interino e o país entrou em crise interna, com reflexos mundiais.

QUESTÃO 03

“Ninguém será privado de direito por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”

(Inciso VIII do Art. 5º da Constituição Federal Brasileira)

Sobre o texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- A palavra “salvo” introduz restrições a eventuais desvios no exercício das liberdades religiosa, política e filosófica.
- O verbo “invocar” tem sentido de presumir.
- A expressão “a todos imposta” afirma o caráter coercitivo da lei.
- O texto prevê a possibilidade de se proporem opções, desde que legais, ao cumprimento de deveres por parte dos cidadãos.
- O pronome “as”, em “salvo se as invocar”, refere-se às crenças e convicções.

QUESTÃO 04

Considerando as flexões verbais nos enunciados e considerando a formalidade da língua, assinale a alternativa **correta**.

- A Polícia Federal não entrevistou no caso da guerrilha urbana, porque entendeu não ser de sua competência.
- Se este verão trazer mais chuvas, teremos novas enchentes Brasil afora.
- Em qualquer ramo da atividade humana, sempre houveram bons e maus profissionais.
- Especialistas recomendam que respeitemos a natureza se não quisermos legar desastres irreparáveis a nossos filhos.
- A adoção de políticas mais severas em Nova Iorque reteu a onda de crimes que assolava a cidade.

QUESTÃO 05

A redundância consiste no uso de palavras que expressam a mesma ideia de forma excessiva. Assinale a alternativa em que ocorre esse fenômeno.

- O cientista falou, em vídeo, sobre o aumento de casos de câncer no Brasil e no mundo.
- Considero que a queda do muro de Berlim e o atentado contra o World Trade Center sejam os acontecimentos mais importantes da história recente.
- A formação de cartéis e o monopólio exclusivo no comércio de bens de consumo são práticas prejudiciais aos consumidores.
- Em várias cidades brasileiras, a população saiu às ruas para protestar contra a corrupção política.
- Nem sempre se identifica a doença num primeiro exame clínico.

QUESTÃO 06

Assinale a alternativa em que o pronome oblíquo foi usado em conformidade com a língua padrão.

- Nunca lhe disse antes, mas gosto muito de você.
- Agradecemos por você ter feito-nos este grande favor.
- Não fosse a exiguidade do espaço, a cerimônia de formatura poderia-se realizar no salão nobre.
- Te prepara, meu filho, porque a viagem será longa e cansativa.
- Os fortes não abatem-se com as derrotas.

QUESTÃO 07

“A maior linha de roçadeiras do País agora tem a maior garantia do mercado: 18 meses”
(Propaganda veiculada na revista *Veja* n^o 43, de 28/11/2009)

Sobre o enunciado, é **incorreto** afirmar.

- O sujeito da oração é “A maior linha de roçadeiras do país”.
- O advérbio “agora”, se transposto para o início da frase, alteraria o sentido da mensagem.
- No lugar de dois pontos, poder-se-ia utilizar travessão.
- “Mercado”, neste contexto, corresponde ao comércio de roçadeiras pelos concorrentes.
- A repetição da palavra “maior” estabelece correspondência entre a dimensão da empresa e a extensão do benefício oferecido.

QUESTÃO 08

“Aquele casamento não poderia mesmo dar certo: ela gosta de ler Dostoiévsky; já ele só lê as tirinhas e as colunas esportivas do jornal... e olhe lá!”

Sobre o enunciado, assinale a alternativa **incorreta**.

- A palavra “mesmo” funciona como reforço argumentativo de uma opinião, a de que o casamento estava fadado ao insucesso.
- O locutor fundamenta sua opinião na adversidade socioeconômica do casal.
- Em “ela gosta de ler Dostoiévsky” ocorre uma figuração linguística que equivale a “Ela gosta de ler os livros que foram escritos por Dostoiévsky”.
- Tirinhas são fragmentos ou segmentos de histórias em quadrinhos, em faixas horizontais.
- A expressão “e olhe lá!” faz parte do linguajar coloquial e é usada para dar ênfase a uma expressão ou fazer uma advertência.

QUESTÃO 09

Observe o enunciado abaixo.

Que frio! Que vento! Que calor! Que caro! Que absurdo! Que bacana! Que tristeza! Que tarde! Que amor! Que besteira! Que esperança! Que modos! Que noite! Que graça! Que horror! Que doçura! Que novidade! Que susto! Que pão! Que vexame! Que mentira! Que confusão! Que vida! Que talento! Que alívio! Que nada...
Assim, em plena floresta de exclamações, vai-se tocando pra frente.

Carlos Drummond de Andrade.

Em relação ao enunciado, é **correto** afirmar.

- Não é um texto, pois é um amontoado de frases sem conexão entre si.
- O texto não tem sentido por falta de elementos coesivos.
- A pontuação compromete o sentido do texto.
- A última frase compensa a falta de elementos coesivos e dá sentido ao todo.
- Não é um texto, pois o trecho faz parte de um poema do autor.

QUESTÃO 10

Analise a frase.

“A multidão se dirigiu para onde havia água em abundância, pois assim teriam mais tempo até serem resgatados”.

Com base nela, assinale a **correta**.

- a. Está correta, pois, os verbos no plural se explicam como um caso de silepse de número.
- b. Não está correta porque o primeiro verbo está no singular.
- c. Não há concordância em número, pois há, para o sujeito “multidão”, verbos tanto no singular quanto no plural.
- d. A conjunção “pois” é coordenativa explicativa e em seu lugar deveria haver uma subordinativa conformativa.
- e. Está totalmente incorreta, pois não há concordância em número ou em gênero.

QUESTÃO 11

O uso dos verbos, quanto à conjugação, tempo ou modo, está **correto** em qual das alternativas?

- a. A empresa iria destinar mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houver melhores incentivos financeiros.
- b. A empresa destinará mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houverem melhores incentivos financeiros.
- c. A empresa irá destinar mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se haverem melhores incentivos financeiros.
- d. A empresa destinará mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houvessem melhores incentivos financeiros.
- e. A empresa vai destinar mais recursos para problemas relacionados ao meio-ambiente se houver melhores incentivos financeiros.

QUESTÃO 12

“Ouviram do Ipiranga as margens plácidas de um povo heróico o brado retumbante.”

A função sintática de cada um dos termos grifados é, respectivamente:

- a. núcleo do sujeito e objeto direto.
- b. objeto direto e sujeito.
- c. adjunto adverbial de lugar e sujeito.
- d. sujeito e objeto indireto.
- e. substantivo e adjunto adnominal.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MATO GROSSO

QUESTÃO 13

Assinale a questão abaixo que **não** corresponde à história do período colonial mato-grossense.

- a. A Rusga foi um conflito político que

envolveu as facções dos Liberais e dos Caramurus, usando o povo para que realizassem motins e rebeliões.

- b. O conflito entre o governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, e os Irmãos Leme.
- c. O Rio Jauru, por ocasião do Tratado de Madri, foi considerado um marco geográfico muito importante, o que fez com que a Coroa Portuguesa, em 1754, mandasse despachar, de Portugal, grandes blocos de pedra esculpidos em forma piramidal com inscrições que declaravam que aquelas terras eram de domínio português.
- d. O rei de Portugal, considerando o pedido do governador, autorizou que fossem montadas bandeiras e expedições para exterminar os índios Paiaguá.
- e. Uma construção estrategicamente erguida ao longo da fronteira ocidental foi o Forte Real Príncipe de Beira, por ordem de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, pois a posição geopolítica dessa fortificação era estratégica.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa **correta** sobre a história econômica de Mato Grosso, do Império à República.

- a. A extração da erva-mate foi pouco expressiva na região de Mato Grosso, não configurando presença nos rumos da economia da província mato-grossense.
- b. A poaia, conhecida cientificamente como *Cephaeles ipecacuanha*, foi raiz de exportação apenas até a primeira metade do século XIX, pouco contribuindo com a economia da província.
- c. Em Mato Grosso, as mangabeiras e seringueiras nativas floresceram nas bacias dos rios Tapajós e Paraguai, de onde era retirado látex de excelente qualidade, muito procurado pelos europeus. Grandes casas comerciais regionais a comercializam, exportando a produção diretamente aos mercados platinos e europeus.
- d. O pioneiro na implantação de usinas de açúcar em Mato Grosso foi Antônio Paes de Barros, conhecido como Totó Paes, famoso proprietário da Usina Itaici. Porém, com a falta de recurso e tecnologia esta usina teve um caráter efêmero.
- e. A pecuária, em Mato Grosso, foi historicamente uma atividade pouco exercida pela necessidade de grande número de mão-de-obra. Inicialmente o

gado era utilizado no abastecimento da região mineradora, depois surgiram algumas charqueadas ao longo do Rio Cuiabá e Paraguai, mas, com pouca expressão econômica.

QUESTÃO 15

“O Coronelismo pode ser definido como o poder exercido pelos homens ricos e proprietários de terras, pessoas influentes politicamente que haviam sido agraciadas, durante o Império, com patentes da Guarda Nacional correspondentes àquelas do Exército, sendo que a maioria deles era chamada de coronel, porém, eram coronéis civis, da Guarda Nacional” (SIQUEIRA, 2002, p.157).

Foram ações ou movimentos coronelistas no período republicano em Mato Grosso, **exceto**:

- a deposição de Magessi.
- o massacre da Baía do Garcez.
- o assassinato de Totó Paes.
- a Caetanada.
- o conflito entre José Morbeck e Carvalhinho.

QUESTÃO 16

A partir das décadas de 1960 e 1970, Mato Grosso conheceu significativas mudanças no meio rural e urbano, em busca da modernização.

Sobre essas mudanças, assinale **V** para as alternativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Implantação dos grandes eixos rodoviários e o aumento da urbanização.
- () Expansão agropecuária e a mecanização agrícola.
- () Desenvolvimento industrial, em especial da agroindústria, e desenvolvimento do setor de telecomunicações.
- () Avanços do setor de serviços e de informática.

Assinale a sequência **correta**.

- F, V, V, V.
- V, V, V, V.
- F, V, F, V.
- V, V, F, F.
- F, F, F, V.

QUESTÃO 17

As afirmativas sobre a hidrografia mato-grossense estão corretas, **exceto**:

- a maior parte dos rios mato-grossenses encontra-se em área de clima tropical semi-úmido, com estação seca muito pronunciada e, portanto, com grande oscilação da vazão fluvial.
- o principal divisor de águas, em Mato

Grosso, é o Planalto dos Parecis.

- está localizado, em Mato Grosso, o grande divisor de águas das bacias hidrográficas do Amazonas e do Paraná, com grande número de cabeceiras de rios que são impróprios para o transporte fluvial de cargas.
- em Mato Grosso, os rios pertencentes à bacia Amazônica drenam 2/3 do seu território. Esses rios percorrem superfícies de Planaltos e Chapadas dos Parecis, Planaltos e Serras Residuais e Depressões, as duas últimas do Norte de Mato Grosso, apresentando em seus cursos cachoeiras e corredeiras.
- possui grandes lagos e lagoas de erosão fluvial e de barragem, notadamente no Pantanal.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 18

Com base na Lei Complementar nº 266, de 29/12/2006, considera-se cargo de assessoramento, um conjunto de atribuições que:

- corresponde a encargos de direção, chefia e assessoramento, criados por lei, exercido por titular de cargo efetivo do Poder Executivo Estadual.
- implica na responsabilidade de coordenar a execução de programas, projetos e atividades de uma ou mais unidades administrativas.
- implica na responsabilidade de dirigir, ou seja, estabelecer diretrizes e estratégias, desenvolver e coordenar a execução de programas, projetos e atividades de órgãos ou conjunto de unidades administrativas.
- concerne a um ou mais assuntos complementares cometidos a um cargo que exija formação ou experiência específica para seu desenvolvimento.
- corresponde a encargos de direção, chefia e assessoramento, criados por lei, de livre nomeação e exoneração, cujo provimento se faz em caráter temporário através de ato governamental.

QUESTÃO 19

Segundo a LC 266/2006, são direitos dos servidores exclusivamente comissionados, **exceto**:

- gratificação natalina correspondente a 01(um) subsídio mensal integral.
- contribuição referente à cota parte do empregador ao INSS.

- c. licença médica, atestada pela unidade de perícia médica do INSS, dentro de um período máximo de 15 (quinze) dias.
- d. 30 (trinta) dias de férias remuneradas, a cada período de 12 (doze) meses efetivamente trabalhados.
- e. adicional de 1/3 (um terço) de férias.

QUESTÃO 20

O Diretor-Geral de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso tem as seguintes competências, **exceto**:

- a. empossar novos Delegados de Polícia Judiciária Civil, nomeados por concurso público, observada a ordem de classificação.
- b. suspender o direito de o policial civil portar arma de fogo, por conveniência disciplinar, ou recomendação médica ou solicitação da Gerência de Armas *ad referendum*, do Conselho Superior da Polícia Judiciária Civil.
- c. avocar, excepcional e fundamentadamente, Inquérito Policial e outros procedimentos de Polícia Judiciária Civil, para redistribuição.
- d. gerir as atividades referentes à administração de pessoal, material, orçamento, finanças e serviços gerais.
- e. determinar a instauração de procedimento administrativo disciplinar.

QUESTÃO 21

Sobre o estágio probatório, previsto para a Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa **correta**.

- a. Será exonerado por ato do Diretor-Geral de Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso ou por Ato Governamental o policial civil em estágio probatório que não preencher os requisitos estabelecidos em lei específica para o estágio probatório.
- b. Esgotado o prazo de defesa e produzidas as provas requeridas, a comissão decidirá, mediante voto e pela maioria simples de seus membros presentes, sobre a conveniência ou não da permanência do policial civil no serviço público.
- c. O policial civil em estágio probatório, exceto por ato presidencial, não poderá ser colocado à disposição de outros órgãos, instituições ou poderes, do Estado ou de Unidades da Federação, nem exercer cargo ou função de confiança.
- d. O período de estágio probatório em cargo policial civil é considerado de efetivo exercício para todos os fins.

- e. Até o vigésimo dia, antes de encerrar o prazo de estágio probatório, deverá a comissão emitir parecer conclusivo e fundamentado sobre a permanência ou demissão do policial civil.

QUESTÃO 22

Em relação à Lei Complementar nº 112/2002, que instituiu o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Concluídas as diligências promovidas pela Comissão de Ética, o servidor público será oficiado para nova manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.
- b. É vedado ao servidor público, o uso de cargo, emprego ou função, bem como facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- c. À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira, os registros sobre a conduta ética dos servidores públicos, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
- d. Toda ausência injustificada do servidor público de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público estadual, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- e. O servidor público será oficiado para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, em razão do processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado neste código, instaurado pela Comissão de Ética, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada formulada por autoridade, servidor público, qualquer cidadão que se identifique ou quaisquer entidades associativas regularmente constituídas.

QUESTÃO 23

Na organização básica dos órgãos da Administração Direta do Estado de Mato Grosso, o Nível de Gerência Superior será:

- a. representado pela coordenação e execução de atividades em determinados pólos regionais a serem definidos por decreto.
- b. exercido pelos subsecretários, com funções relativas à implantação e controle de programas e projetos, bem como atividades de gerência necessárias ao desempenho da Pasta.

- c. representado pelos Conselhos ou assemelhados com respectivas funções regimentais.
- d. representado pelos Secretários de Estado, no desempenho de suas funções institucionais e administrativas.
- e. relativo ao apoio especializado aos titulares dos órgãos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 24

Acerca da Administração Pública direta e indireta, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Administração Indireta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada.
- b. Desconcentração é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal à determinada pessoa, integrante ou não da Administração.
- c. Autarquia é a pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado.
- d. Administração Direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas do Estado.
- e. A centralização é a situação em que o Estado executa suas tarefas diretamente, ou seja, por intermédio dos inúmeros órgãos e agentes administrativos que compõem sua estrutura funcional.

QUESTÃO 25

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos.

- b. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.
- c. No caso de enriquecimento ilícito perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- d. Apenas o Ministério Público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- e. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

QUESTÃO 26

Quanto ao ato administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- a. Licença é o ato administrativo discricionário e precário pelo qual a Administração consente que o particular execute serviço de utilidade pública ou utilize privativamente bem público.
- b. Admissão é o ato vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade.
- c. Permissão é o ato administrativo pelo qual a Administração consente que o particular exerça atividade ou utilize bem público no seu próprio interesse.
- d. Autorização é o ato administrativo que confere ao indivíduo, desde que preencha os requisitos legais, o direito de receber o serviço público desenvolvido em determinado estabelecimento oficial.
- e. Alvará é o instrumento formal expedido pela Administração, que, através dele, expressa aquiescência no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular.

QUESTÃO 27

Analisar as alternativas e assinale a **correta**.

- a. Não haverá penas: de morte (salvo em caso de guerra declarada), de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento ou cruéis.

- b. A pena será cumprida em estabelecimentos iguais, independentemente da natureza do delito, da idade e do sexo do apenado.
- c. Às presidiárias serão asseguradas as condições para que possam permanecer com seus filhos durante todo cumprimento da pena.
- d. Nenhum brasileiro nato ou naturalizado será extraditado, mesmo nos casos de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- e. Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, salvo nos casos previstos em lei.

QUESTÃO 28

Sobre mandado de segurança, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. A Constituição Federal contempla duas modalidades de *mandado de segurança*: o individual e o coletivo.
- b. O *mandado de segurança* coletivo assenta-se em dois elementos princípios: um institucional e outro objetivo.
- c. O *mandado de segurança* surgiu como evolução da doutrina brasileira do *habeas corpus*, realizada pela jurisprudência, sob a égide do STF, para não deixar sem remédio certas situações jurídicas que não encontravam, no quadro das nossas ações, a proteção adequada.
- d. O *mandado de segurança* é um remédio constitucional com natureza de ação civil.
- e. O *mandado de segurança* surgiu como evolução da doutrina brasileira do *habeas data*, realizada pela jurisprudência, sob a égide do STF, para não deixar sem remédio certas situações jurídicas que não encontravam, no quadro das nossas ações, a proteção adequada.

QUESTÃO 29

O Presidencialismo é um sistema de governo que tem várias características.

- I. É típico das Repúblicas.
- II. O Presidente da República exerce o Poder Executivo em toda a sua inteireza, ou seja, acumula as funções de chefe de estado, chefe de governo e chefe da administração pública.
- III. A função de chefe de governo é exercida pelo Conselho de Ministros.
- IV. Cumpre um mandato por tempo fixo.

Com base nas características, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.

- b. Apenas I e III estão corretas.
- c. Apenas II, III e IV estão corretas.
- d. Apenas I, II e IV estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 30

Segundo o disposto na Lei 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a alternativa **correta**.

- a. A decretação da falência das concessionárias de serviços públicos implica extinção da concessão, na forma da lei.
- b. Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito, as custas e as despesas processuais decorrentes de litígio com o devedor.
- c. Na ordem de classificação dos créditos na falência, os créditos tributários (excetuadas as multas tributárias) têm preferência imediatamente posterior aos créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, e aos decorrentes de acidentes de trabalho.
- d. Aplica-se a Lei 11.101/2005 às empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- e. É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do estabelecimento do devedor e, havendo pluralidade, o juízo de qualquer dos estabelecimentos, à escolha do credor.

QUESTÃO 31

Analisar as alternativas e assinale a **correta**.

- a. Ao Poder Executivo Estadual é facultado, a qualquer tempo, cassar a autorização concedida à sociedade nacional ou estrangeira que infringir os bons costumes, disposição de ordem pública e praticar atos contrários ou excedentes aos fins declarados no seu estatuto.
- b. É nacional a sociedade organizada em conformidade com a lei brasileira, que tenha no País a sede de sua administração, e que ao menos alguns dos sócios tenham nacionalidade brasileira.
- c. O alienante do estabelecimento pode fazer concorrência ao adquirente, nos anos subsequentes à transferência, salvo vedação expressa.

- d. A distribuição de lucros ilícitos acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que a receberem, conhecendo ou devendo conhecer-lhes a ilegitimidade.
- e. É possível a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar das perdas.

QUESTÃO 32

Quanto à responsabilidade civil, assinale a alternativa **correta**.

- a. Haverá obrigação de reparar o dano, caso demonstrada a culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- b. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.
- c. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, desde que demonstrado dolo ou culpa dos mesmos.
- d. A responsabilidade civil é independente da criminal, sendo possível questionar a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- e. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição.

QUESTÃO 33

Segundo o disposto na Lei 4.717/65, que regula a ação popular, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. O cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de empresas públicas, de fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de serviços sociais autônomos, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

- b. A prova da cidadania, para ingresso da ação em juízo, será feita com o título eleitoral, com documento que a ele corresponda, ou qualquer outro documento que comprove a nacionalidade brasileira.
- c. Para instruir a inicial, o cidadão poderá requerer àqueles, que poderão figurar no polo passivo da ação, as certidões e informações que julgar necessárias, bastando para isso indicar a finalidade das mesmas.
- d. Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação, podendo a ação ser proposta desacompanhada das mesmas.
- e. A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do décuplo das custas.

QUESTÃO 34

Quanto à prova, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Não dependem de prova os fatos: notórios que versem sobre direitos indisponíveis da parte; afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; admitidos, no processo, como incontroversos; em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- b. O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- c. O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.
- d. Quando figurar no rol de testemunhas funcionário público ou militar, o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir.
- e. O depoimento prestado em juízo é considerado serviço público, não sofrendo a testemunha, quando sujeita ao regime da legislação trabalhista, ao comparecer à audiência, perda de salário nem desconto no tempo de serviço.

QUESTÃO 35

Segundo a Lei 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, assinale a alternativa **correta**.

- a. O mandado de segurança não será concedido quando, preenchidos os demais requisitos legais, houver apenas justo receio da pessoa física ou jurídica sofrer violação de direito líquido e certo por parte de autoridade.
- b. Conceder-se-á mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- c. Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, a fim de que conteste a ação.
- d. Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo *habeas corpus*.
- e. O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 30 (trinta) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

QUESTÃO 36

Analisar as alternativas e assinalar a alternativa **correta**.

- a. Há litispendência, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso.
- b. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de improcedência em outro caso semelhante, poderá ser dispensada a citação e proferida a sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.
- c. Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, não poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela.
- d. Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes e a mesma causa de pedir.
- e. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.

QUESTÃO 37

Segundo o disposto na Lei 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Poderá ser ajuizada ação cautelar objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- b. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: o Ministério Público; a Defensoria Pública; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; e a associação que preencher os requisitos previstos em lei.
- c. Apesar de existirem diversos legitimados ativos, somente o Ministério Público poderá tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- d. Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
- e. A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

QUESTÃO 38

Quanto à revelia, seus efeitos e o julgamento, conforme o estado do processo, assinale a alternativa **correta**.

- a. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, exceto se havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação como substituto do réu revel; o litígio versar sobre direitos disponíveis; a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público, que a lei considere importante à prova do ato.
- b. O revel poderá intervir no processo até a audiência de instrução, recebendo-o no estado em que se encontrar.

- c. Contra o revel, que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, sendo desnecessária a publicação de cada ato decisório.
- d. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença, quando ocorrer o efeito da revelia.
- e. Ainda que ocorra revelia, o autor poderá alterar o pedido ou a causa de pedir, desde que não proceda a modificação substancial, não exigindo a lei nova citação do réu.

QUESTÃO 39

Quanto aos recursos, assinale a alternativa **correta**.

- a. Do despacho propriamente dito caberá agravo de instrumento.
- b. O juiz não receberá o recurso de apelação, quando a sentença estiver em conformidade com a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- c. O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução ou o cumprimento da sentença, pois possuem efeito suspensivo.
- d. As questões de fato, não propostas no juízo inferior, não poderão ser suscitadas na apelação, mesmo que não tenham sido expostas por motivo de força maior, sob pena de supressão de instância.
- e. O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecorrível, não conhecerá do recurso extraordinário, quando a questão constitucional versada oferecer repercussão geral.

QUESTÃO 40

Com relação à obrigação tributária, analise as assertivas, assinalando **V** para a verdadeira ou **F** para a falsa.

- () A relação existente entre o Estado e o contribuinte é uma relação de poder daquele sobre este, a fim de garantir seu direito de cobrar tributos. Desta relação surge a obrigação tributária por parte do contribuinte, o dever de recolher os tributos oriundos desta relação.

- () O sujeito passivo tem a obrigação de adimplir a obrigação principal, cumprindo com seu dever jurídico. A natureza do dever é patrimonialista, dotada de caráter pecuniário.
- () O descumprimento da obrigação acessória, por parte do contribuinte, concede ao sujeito ativo o poder de exigir o comportamento previsto em lei.
- () Podem ser considerados exemplos de obrigações acessórias as seguintes situações: permitir que o fiscal examine livros e documentos da pessoa jurídica, não receber mercadorias desprovidas de documentação legal, escriturar um livro e emissão de nota fiscal.
- () A venda de produtos isentos de ICMS não desobriga o comerciante da emissão de nota fiscal. Mesmo estando diretamente e especificamente ligada a esta obrigação tributária principal, a acessória é base para outras previsões legais, como exemplo, o controle de receita.

Assinale a sequência **correta**.

- a. V, V, F, V, V.
- b. F, V, V, F, V.
- c. F, V, F, V, V.
- d. V, F, V, V, V.
- e. F, V, F, F, V.

QUESTÃO 41

Em relação aos tributos, analise as afirmações.

- I. O fato gerador do imposto não tem relação com a atuação direta entre o Estado e o sujeito passivo. Contudo, a aplicação dos recursos provenientes de impostos é vinculada com este fato gerador.
- II. O princípio da capacidade contributiva não está legalmente instituído em relação às taxas. No entanto, há a possibilidade de observância do mesmo nessa espécie tributária.
- III. Na contribuição de melhoria, a competência para instituição do tributo é do ente que realiza a obra pública.
- IV. É possível a cobrança de taxa de asfaltamento em razão da valorização imobiliária.

De acordo com a análise, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas III e IV estão corretas.
- c. Apenas II e IV estão corretas.
- d. Apenas II e III estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 42

A respeito da prescrição e decadência em matéria tributária, assinale a alternativa **correta**.

- a. A prescrição extingue um direito à formalização da constituição do crédito tributário.
- b. Em razão do decurso do prazo, à perda do direito de ajuizar ação de execução para cobrança do crédito tributário dá-se o nome de decadência.
- c. A prescrição afeta a “exigibilidade” do crédito tributário, enquanto que a decadência afeta a “exequibilidade” do crédito.
- d. A decadência pode ser declarada de ofício, a prescrição deve ser requerida expressamente pela parte interessada.
- e. Em se tratando de prescrição e decadência, havendo pagamento por parte do contribuinte, há a possibilidade de repetição de indébito dos valores pagos.

QUESTÃO 43

Em relação ao lançamento tributário, assinale a alternativa **correta**.

- a. O lançamento regularmente notificado só pode ser alterado através de recurso de ofício.
- b. Em se tratando de valor expresso em moeda estrangeira, far-se-á a conversão em moeda nacional ao câmbio do dia do lançamento da obrigação.
- c. Os lançamentos são divididos em três espécies: lançamento de ofício, lançamento por homologação e lançamento individual.
- d. Os lançamentos efetuados e revistos diretamente pela administração pública constituem lista exemplificativa, permitindo, caso seja necessário, a inclusão de outros casos nesse rol, de acordo com o interesse daquela.
- e. Quando ocorrer a modificação, administrativa ou judicial, da valoração jurídica dos dados ou dos elementos de fato, nas informações prestadas às autoridades administrativas, estas só

terão efeito sobre fatos geradores que venham a ocorrer após a vigência da alteração.

QUESTÃO 44

Sobre a responsabilidade tributária, assinale a alternativa **correta**.

- a. O Funrural não incide sobre o couro de boi adquirido através de comerciante intermediário, e sim do produtor.
- b. Não há a necessidade de vinculação do fato gerador, em relação ao responsável, para ter garantido o direito ao ressarcimento do ônus tributário.
- c. A norma tributária prevê a intransferibilidade da responsabilidade a terceiro, mesmo que haja relação com o fato gerador.
- d. O contribuinte, o responsável por substituição e o fato gerador estão em situações distintas diante da responsabilidade tributária. Não há obrigatoriedade de relação dos primeiros a fim de configurar a responsabilidade tributária do segundo.
- e. O transportador que pagar um tributo devido pelo vendedor da mercadoria não tem o direito de ser ressarcido, em função da responsabilidade de terceiro na obrigação tributária.

QUESTÃO 45

Tomando como base o princípio da legalidade, analise as proposições.

- I. A instituição de tributos somente se dará através de lei. Uma lei, que institua um tributo sem fixar sua alíquota, poderá instituí-la através de decreto regulamentar do poder executivo.
- II. Havendo a alteração da base de cálculo de um tributo, não se configura como majoração do mesmo, por caracterizar-se apenas como correção monetária, ainda que não prevista em lei. Isso em razão das variações econômicas.
- III. A garantia do interesse público pode-se caracterizar pela necessidade de legislação específica a respeito da suspensão, exclusão e extinção dos créditos tributários.
- IV. O fato gerador de um tributo é definido pela descrição da incidência pela norma tributária. A obrigação tributária nascerá na ocorrência da situação que, se e quando concretizada, caracterizará a mesma.

Com base na análise, assinale a alternativa **correta**.

- a. Apenas I e II estão corretas.
- b. Apenas III e IV estão corretas.
- c. Apenas II e IV estão corretas.
- d. Apenas II e III estão corretas.
- e. Todas estão corretas.

QUESTÃO 46

Em relação à competência tributária, assinale a alternativa **correta**.

- a. A competência tributária para criação de impostos é taxativa, prevista no art. 153 da Constituição Federal.
- b. A competência extraordinária pertence à União, contudo não poderá atingir a esfera das exações concedidas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- c. A União poderá se valer da competência residual para instituir tributos de qualquer natureza.
- d. Tanto a competência extraordinária quanto a competência residual deverão ser aprovadas por maioria simples.
- e. A limitação da competência residual se baseia em requisitos de técnica jurídica como possuírem base de cálculo e fato gerador próprios dos já discriminados na Constituição, portanto não há limitação numérica, e sim limitação técnica para essa possibilidade.

